



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os elementos apresentados nas Demonstrações Contábeis são mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera. Dessa forma, a “moeda funcional” da Companhia é o Real, que também é utilizada como a moeda corrente nacional.

2.3. Uso de Estimativas e Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas e julgamentos por parte da administração, baseados nas informações disponíveis. Essas estimativas são revisadas de forma contínua e incluem áreas de maior incerteza, conforme detalhado nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8.3 – Imobilizações em Andamento:** Refere-se à contabilização dos ativos imobilizados que ainda estão em fase de construção ou instalação, o que exige a aplicação de estimativas sobre os custos totais e o tempo de conclusão;
- Nota 10 – Provisão para Contingências:** Envolve o reconhecimento de provisões para litígios e outras obrigações contingentes, cujo resultado é incerto e depende de julgamentos baseados na probabilidade de perdas e montantes envolvidos; e
- Nota 23 – Programa Nacional de Desestatização:** Trata-se da participação da Companhia no programa governamental, com estimativas relacionadas ao impacto financeiro de eventuais mudanças na estrutura de controle e gestão.

2.4. Base de Mensuração

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

2.4.1. Regime de Escrituração das Transações:

A Companhia adota o regime de competência para o registro de suas operações.

2.4.2. Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários:

Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, utilizando-se os respectivos índices aplicáveis.

2.4.3. Aplicações Financeiras:

As Aplicações Financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros e em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.986 de 17 de fevereiro de 2022.

2.4.4. Almoarifados:

Os estoques mantidos nos almoarifados estão avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo que este não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. A Companhia está em processo de estudo para a implantação de uma política de estoques de forma a atender o CPC 16 (R1) – Estoques.

2.4.5. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido:

Os ativos imobilizados, intangíveis e diferidos são demonstrados pelos custos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados conforme os seguintes aspectos:

- Depreciação:** O ativo imobilizado é depreciado pelo método linear, considerando-se o tempo de vida útil dos bens e as taxas de depreciação estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- Teste de Impairment:** A CBTU realiza o Teste de Impairment ao final de cada exercício para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Neste exercício, o Teste de Impairment não apresentou redução do imobilizado.
- Intangível:** Composto basicamente por direitos de uso e programas de softwares, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, sendo amortizados pelos respectivos prazos de vida útil definida;

2.4.6. Benefícios a Empregados:

As obrigações de benefícios de curto prazo aos empregados são reconhecidas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

Segue a composição do Balanço Reapresentado:

	BALANÇO PATRIMONIAL					
	31/12/23 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/23 REAPRESENTADO	01/01/2023 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	01/01/2023 REAPRESENTADO
ATIVO						
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
DEPÓSITOS JUDICIAIS	61.369	(25.143)	36.226	51.254	(24.882)	26.372
IMOBILIZADO	2.202.671	6.889	2.209.560	2.237.519	304	2.237.823
TOTAL DO ATIVO	2.403.117	(18.254)	2.384.863	2.414.185	(24.578)	2.389.607
PASSIVO						
CIRCULANTE						
SALÁRIOS A PAGAR	29.658	(2.890)	26.768	27.158	(2.645)	24.513
OBRIGAÇÕES A PAGAR	47.916	(26)	47.890	35.566	(26)	35.540
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	160.604	6.353	166.957			
LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	(8.280.670)	(21.691)	(8.302.361)	(8.060.962)	(21.907)	(8.082.869)
TOTAL DO PASSIVO	2.403.117	(18.254)	2.384.863	2.414.185	(24.578)	2.389.607

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE			
	31/12/23 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/23 REAPRESENTADO
DESP. GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(148.242)	(2.547)	(150.789)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	1.073.035	(6.353)	1.066.682
RECEITA FINANCEIRA	605	2.531	3.136
RESULTADO DA BAIXA DE BENS	(10.725)	6.585	(4.140)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(220.203)	216	(219.987)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA			
	31/12/23 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/23 REAPRESENTADO
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(220.203)	216	(219.987)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL			
	31/12/23 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/23 REAPRESENTADO
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	160.604	6.353	166.957
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(220.203)	216	(219.987)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(8.280.670)	(21.691)	(8.302.361)
	2.403.117	(18.254)	2.384.863

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC			
	31/12/23 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/23 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(220.203)	216	(219.987)
VARIAÇÃO CAMBIAL E MONETÁRIA	89.821	(2.531)	87.290
BAIXA DE BENS	10.725	(6.585)	4.140
DEPÓSITOS JUDICIAIS	(10.115)	2.792	(7.323)
SALÁRIOS A PAGAR	(2.500)	245	(2.255)
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	29.862	6.353	36.215

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA			
	31/12/23 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/23 REAPRESENTADO
ENERGIA, SERV. DE TERCEIROS, OUTRAS DESP. OPERACIONAIS	198.990	2.792	201.782
PERDA NA REALIZAÇÃO DE ATIVOS	10.725	(6.585)	4.140
RECEITAS DE SUBVENÇÕES	1.073.035	(6.353)	1.066.682
RECEITAS FINANCEIRAS	605	2.531	3.136
PESSOAL - REMUNERAÇÃO DIRETA	331.069	(245)	330.824
RESULTADO RETIDO	(220.203)	216	(219.987)

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os Depósitos Judiciais refletem valores retidos pela CBTU em virtude de disputas judiciais, incluindo penhoras e depósitos recursais. A seguir, detalhamos os principais componentes deste grupo:

	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado	01/01/2023 Reapresentado
Penhoras judiciais 6.1	5.480	6.273	6.397
Depósitos Judiciais 6.2	41.758	29.953	19.975
Saldo do Período	47.238	36.226	26.372

6.1. Penhoras Judiciais

As Penhoras Judiciais referem-se a penhoras na receita de bilheteria, principalmente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife. Esses bloqueios decorrem de processos judiciais nos quais a Companhia é parte. A composição detalhada dos valores relacionados às penhoras é apresentada abaixo:

	31/12/2024			31/12/2023		
	REC	OUTRAS	TOTAL	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	6.048	225	6.273	6.172	225	6.397
Penhoras do Período	501	-	501	-	-	-
Recuperação de Penhoras	(1.294)	-	(1.294)	(124)	-	(124)
Saldo do Período	5.255	225	5.480	6.048	225	6.273

2.4.7. Provisões:

Uma provisão é reconhecida quando, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.4.8. Ativos e Passivos Contingenciais:

Ativos e Passivos Contingenciais são direitos ou obrigações possíveis que resultam de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade.

São contabilizados no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtido futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- Ativos Contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- Passivos Contingentes:** Decorrem basicamente de processos judiciais ou administrativos, envolvendo ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias entre outros riscos mensuráveis. São contabilizados se classificados como “prováveis” e mensuráveis de forma confiável, conforme avaliado por assessores legais, as contingências “possíveis” requerem somente divulgação e as “remotas” não requerem provisões ou divulgação.

2.4.9. Obrigações Legais: Fiscais e Previdenciárias:

As Obrigações Fiscais e Previdenciárias decorrem de discussões judiciais sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram. Independentemente da avaliação da probabilidade de êxito, seus montantes são provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis.

2.4.10. Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência, refletindo os eventos econômicos nos respectivos períodos em que ocorrem.

2.4.11. Determinação do Valor Justo:

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. É realizada por meio de técnicas de avaliação, como fluxos de caixa descontados, com base em taxas de mercado observáveis na data de mensuração. A política de valor justo visa assegurar que as transações representem uma troca entre partes não relacionadas em condições normais de mercado.

2.4.12. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, especialmente a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada conforme as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como essas riquezas foram distribuídas.

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2023 e o saldo de abertura em 01/01/2023, para fins de comparação, de acordo com NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Esses ajustes estão referenciados nas notas abaixo:

- Nota 6.2 – Depósitos Judiciais:** Com a finalização dos trabalhos de levantamento das bases dos depósitos judiciais executados, efetuados pelo grupo de trabalho criado em 2022, resultou numa baixa total equivalente ao montante de R\$ 29.671 mil e um valor total de R\$ 4.527 mil referente a atualização monetária;
- Nota 8 – Imobilizado:** As inconsistências encontradas nas contas de Depreciação Acumulada e Impairment devido a baixas não realizadas a época no valor total de R\$ 6.889 mil;
- Nota 11 – Salários a pagar:** Regularização de registros indevidos na provisão de salários a pagar no valor de R\$ 2.890 mil;
- Nota 12 – Obrigações a pagar:** Regularização de lançamentos indevidos no valor de R\$ 26 mil;
- Nota 14.3 – Recursos para Aumento de Capital:** Reclassificação de recursos que não foram reconhecidos e registrados anteriormente como aumento de capital no valor de R\$ 6.353 mil;

Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2023, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2022. Neste caso, se fossem representadas não estariam apresentando informações fidedignas.

6.2. Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais são constituídos principalmente por pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma de sentenças em ações em que a CBTU é parte. Em 2022, foi instituído um Grupo de Trabalho, com o propósito de depuração e regularização das contas de depósitos judiciais, com foco na correlação entre os depósitos e os processos judiciais ativos.

Esse grupo também atua no registro contábil adequado das atualizações monetárias dos depósitos.

Com a finalização dos trabalhos de levantamento da base dos depósitos judiciais executadas pela equipe criada em 2022, resultou em uma baixa total de R\$ 29.671 mil e um valor total de R\$ 4.527 mil referente a atualização monetária;

Segue a composição de Depósitos Judiciais:

	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO	01/01/2023 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	29.953	19.975	44.857
Adições	17.258	15.266	99.738
Atualização Monetária	3.234	2.531	1.997
Baixas	(8.687)	(7.819)	(26.879)
Saldo do Período	41.758	29.953	19.975

NOTA 08 – IMOBILIZADO

8.1. Imobilizado Geral

O Imobilizado Geral corresponde aos bens móveis e imóveis utilizados na operação e administração da CBTU. Cabe destacar que a transferência dos bens imóveis da Unidade de Belo Horizonte para o Estado de Minas Gerais, cindida em setembro de 2022, ainda não foi concluída. As tratativas para regularização da documentação estão em andamento junto à Direção da CBTU.

A reapresentação do Imobilizado foi devido a valores de baixas não efetuadas nas contas de Depreciação Acumulada e Impairment no valor total de R\$ 6.899 mil;

Segue a movimentação do Imobilizado Geral:

	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO	01/01/2023 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	2.209.560	2.237.823	2.451.871
Adições / Doação	62.969	37.889	99.738
Baixas	(1.194)	(10.724)	(5.879)
Baixas BH	-	-	(225.229)
Reversão / Impairment	8.227	-	(8.407)
Depreciações	(65.650)	(53.890)	(74.271)
Transferência Intangível	(2.426)	(1.538)	-
Saldo do Período	2.211.486	2.209.560	2.237.823

8.2. Imobilizado Detalhado

Segue a composição do Imobilizado Detalhado:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIACÃO (%)	31/12/2024	31/12/2023 REAPRESENTADO	01/01/2023 REAPRESENTADO
Terrenos	-	228.508	228.508	167.377
Edificações	1,25 a 2,00	408.781	405.166	347.486
Instalações	2,00 a 3,33	761.302	742.565	556.533
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	905.365	885.443	829.177
Veículos	20	9.638	9.661	9.961
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	65.142	59.563	41.186
Outras Imobilizações Tangíveis	10	40.397	41.193	38.756
Imobilizações em Andamento	-	367.688	360.992	897.222
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	429.982	436.442	436.442
		3.216.803	3.169.533	3.323.840
Bens Imóveis Não Operacionais - BH		565.211	565.211	565.211
Depreciações Acumuladas		(1.210.636)	(1.157.058)	(1.105.676)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(359.892)	(368.126)	(545.552)
Total:		2.211.486	2.209.560	2.237.823

8.3. Imobilizações em Andamento

As Imobilizações em Andamento representam investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadaualização celebrados com a CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, não houve manifestação formal das partes quanto à aceitação ou contestação desses contratos.

Considerando que as tratativas relacionadas às cisões de São Paulo e Rio de Janeiro não foram concluídas, desde 2019, está provisionado o valor total de R\$ 327.696 mil relativo aos investimentos em andamento nessas localidades, em conformidade com as exigências do CPC 27 – Ativo Imobilizado e do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A baixa desse valor ocorrerá após a conclusão formal das cisões com as empresas beneficiárias.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Sistema de Recife	10.374	12.274
Sistema do Rio de Janeiro	97.960	97.960
Sistema de São Paulo	227.515	227.515
Outras Obras	31.839	23.243
Subtotal:	367.688	360.992
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(327.696)	(368.126)
Total:	72.802	